

Pós-Graduação:

uma experiência de avaliação
entre a concorrência e a solidariedade

Dírce Maria Antunes Suertegaray¹

Resumo

Este artigo trata da reflexão sobre a experiência de coordenar o processo de avaliação da área de Geografia no triênio 2004-2006, junto a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Aborda os objetivos da avaliação, a lógica contida nesse processo e mais detalhadamente relata a elaboração do Qualis livros Geografia e a introdução de um novo quesito na avaliação denominado Inserção Social. Procura demonstrar que a avaliação se constrói a partir da lógica da concorrência/solidariedade, sugerindo a ampliação da solidariedade como instrumento de consolidação dos Programas de Pós-Graduação em escala nacional.

Palavras-chave: Avaliação. Inserção social. Solidariedade.

MASTERS DEGREE PROGRAMS: an evaluation experience between the competition and the solidarity

Abstract

This article brings the reflection about the experience of coordinating the process of evaluation of the area of Geography in the three-year period 2004-2006 in the CAPES. It approaches the objectives of the evaluation, the logic contained in that process and, in details, it tells the elaboration of Qualis books Geography and the introduction of a new requirement in the evaluation called Social Insert. It tries to demonstrate that the evaluation is built starting from the logic of the competition/solidarity, suggesting the enlargement of the solidarity as instrument of consolidation of the Programs of Masters degree in national scale.

Keywords: Evaluation. Social insertion. Solidarity.

¹ Professora doutora do Departamento de Geografia da UFRGS. suerte.ez@terra.com.br

Este texto constitui um ensaio reflexivo sobre a experiência vivida nos últimos três anos como coordenadora da área de Geografia na CAPES.

A experiência vivenciada permite enfocar esse tema sob diferentes formas. Para este espaço escolhi tratar um tema que constitui um campo de embate nesse processo. Trata-se do embate concorrência-solidariedade.

A argumentação construída a partir dessa experiência é que, se de um lado a concorrência é o instrumento que funda o princípio de avaliação dos programas de Pós-Graduação, de outro é passível pensar na solidariedade como possibilidade de crescimento coletivo da Pós-Graduação em seu conjunto ou das áreas mais especificamente.

Segundo Smith (2007, p. 3), o “Exercício de Avaliação de Pesquisa (*Research Assessment Exercise* – RAE), inaugurado no governo Margaret Thatcher..., permanece, possivelmente, como a mais direta reorganização corporativa da academia em todo o mundo”.

Na continuidade afirma:

O RAE institucionaliza a acumulação de capital acadêmico como o *modus vivendi* para as universidades. Artigos em periódicos internacionais indexados representam uma espécie de padrão-ouro no qual outros produtos são valorados na hierarquia das mercadorias acadêmicas (Smith, 2007, p. 5).

Para Chauí (2001), no âmbito das reformulações da universidade a qualidade é entendida como competência “medida pela produtividade e orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual é o custo do que produz” (p. 216).

No contexto da mundialização da economia, a ciência constitui elemento fundante desse processo de acumulação, na medida em que ciência e tecnologia, no período atual, constroem-se mutuamente. Além disso, os indicadores científicos dos países contribuem para sua visualização em âmbito mundial, ao mesmo tempo em que os classificam internacionalmente.

Diante da concorrência é necessário, no interstício desse processo, aprimorar mecanismos de crescimento mais cooperativo.

No caso brasileiro, os agentes envolvidos nesse processo são: o corpo diretivo da CAPES e das universidades, os coordenadores e professores dos programas, os alunos vinculados aos programas de Pós-Graduação intermediados pela coordenação e comissão da área juntamente com o Conselho Técnico Científico (CTC).

O processo de avaliação é um instrumento que visa a ampliar a produção científica brasileira. Os dados numéricos relativos à pesquisa em escala nacional demonstram que são as universidades públicas as que mais produzem conhecimento científico. Este conhecimento, em estudos mais recentes, é gerado junto aos programas de Pós-Graduação. São estes que promovem a formação de profissionais para o ensino-pesquisa e, também, o crescimento da pesquisa.

Na produção científica, um dos quesitos da avaliação entre países, o Brasil não apresenta desempenho considerado compatível com os seus semelhantes ou seus concorrentes. Nos últimos anos essa produção ampliou-se e o país atingiu melhores posições (15) na classificação mundial. Esta posição é resultado, conforme a expressão dos atuais dirigentes da CAPES, do estímulo/exigência de difusão do conhecimento em âmbito internacional, particularmente dos programas de Pós-Graduação mediante exigência da avaliação.

Conforme o documento divulgado na página da CAPES (2008b)

O Sistema de Avaliação da Pós-graduação foi implantado pela Capes em 1976 e desde então vem cumprindo papel de fundamental importância para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, dando cumprimento aos seguintes objetivos:

- estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
- fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros – exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação, MEC;

- impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
- contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
- contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
- dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
- oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação.

O Sistema de Avaliação abrange *dois processos* conduzidos por comissões de consultores do mais alto nível, vinculados a instituições das diferentes regiões do país: a Avaliação dos Programas de Pós-graduação e a Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação.

A *Avaliação dos Programas de Pós-graduação* compreende a realização do *acompanhamento anual* e da *avaliação trienal* do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de “1” a “7” fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de “reconhecimento”, a vigorar no triênio subsequente.

A *Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-graduação* é parte do rito estabelecido para a admissão de novos programas e cursos ao Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Ao avaliar as propostas de cursos novos, a CAPES verifica a qualidade de tais propostas e se elas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação e encaminha os resultados desse processo para, nos termos da legislação vigente, fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento de tais cursos e sua incorporação ao SNPG.

Os dois processos – avaliação dos programas de pós-graduação e avaliação das propostas de novos programas e cursos – são alicerçados em um mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, compondo, assim, um só Sistema de Avaliação, cujas atividades são realizadas pelos mesmos agentes: os representantes e consultores acadêmicos.

No documento (CAPES, 2008b) que orienta o processo de avaliação recentemente encerrado (2007) tem-se para a avaliação de cursos e programas acadêmicos os seguintes objetivos: controlar a qualidade da Pós-Graduação brasileira; retratar a situação do PG (programa de Pós-Graduação) no triênio, especificando o grau diferencial de desenvolvimento das áreas e a hierarquia dos programas no âmbito da área, além de *avaliar a situação e desempenho de cada programa*. Propõe-se, ainda, *contribuir para o desenvolvimento de cada programa e área e da PG brasileira em geral e, finalmente, fornecer subsídios para a definição de planos e programas de desenvolvimento da PG e para a realização de investimentos nesse campo*.

O processo centra-se em três anos de atividade de acompanhamento dos cursos, com avaliação e atribuição de notas ao final do triênio. Ao longo desse período são construídos os critérios de avaliação por parte da CAPES a partir do trabalho elaborado pelo CTC (Conselho Técnico Científico), coordenadores e comissões de áreas com a coordenação do diretor de avaliação.

O objetivo da avaliação é estabelecer uma classificação hierárquica dos cursos conforme seu desempenho sob diferentes critérios de qualificação, quais sejam: *Proposta do Programa* que se refere à coerência, consistência, abrangência e à adequação da infraestrutura; *Corpo Docente* analisa a formação, titulação, experiência, aprimoramento, carga letiva na Graduação e na Pós-Graduação, participação nas atividades de ensino, orientação e pesquisa; *Corpo Discente* considera a qualidade e a vinculação das teses e dissertações às publicações, à qualidade da produção científica; *produção intelectual*, na qual é avaliada a produção intelectual do programa considerando a produção qualificada por professor, em particular, o professor permanente; *inserção social*, quesito inserido na avaliação nesse último triênio (2004-2006) que visa a avaliar a inserção nacional e internacional dos programas a integração e

cooperação entre esses, ou seja, a solidariedade. É incluído nesse quesito o item transparência, que avalia a construção de mecanismos de divulgação ampliada do programa, suas atividades e demandas. Um dos instrumentos de avaliação desse item é relativo à existência, organização e atualidade das páginas do programa, veiculadas pela rede internacional de computadores.

A partir desses quesitos, cada área do conhecimento tem a liberdade de atribuir um maior ou menor número de itens e subitens que compõe os parâmetros da avaliação por área. Esses itens são, por vezes, semelhantes entre as áreas e, por vezes, diferenciados. O requisito básico da avaliação, entretanto, é a comparatividade e a similaridade das notas entre cursos em uma grande área e entre as áreas. Este critério é fundamental para a consistência da avaliação no conjunto e a não disparidade entre notas por áreas. Essas referências são importantes para aprendermos o significado da avaliação na sua dialética da concorrência e da solidariedade.

Sem dúvida a avaliação é concorrencial. Ela prevê a classificação por notas que variam de 2 (descredenciamento), 3 (Regular), 4 (Bom), 5 (Muito Bom), 6 e 7 (para cursos de excelência). Recursos provenientes da agência CAPES em termos de fomento aos programas e bolsas, são disponibilizados com base nessa avaliação. Diante disto instala-se a concorrência.

A avaliação assenta-se na curva de distribuição normal. Este parâmetro reflete o sentido da avaliação, na medida em que os cursos, a partir desta, devem compor no conjunto uma distribuição em que a maior concentração ocorrerá em notas intermediárias na escala, o que significa que sempre deverão ser reduzidos, por exemplo, os cursos com notas máximas e mínimas.

Este processo, por sua vez, promove a valorização da avaliação e de critérios empregados por algumas áreas. Por outro lado, promove a constante crítica à avaliação e o conseqüente questionamento de critérios. Por vezes, instalam-se jogos de força nos quais os critérios de áreas consideradas mais sólidas, ou seja, os critérios das ciências exatas e naturais, constituem os parâmetros para a avaliação do conjunto dos cursos.

Esses critérios se impõem mais nitidamente, em particular, na discussão sobre veículos de divulgação do conhecimento científico. Por algum tempo vivemos sob a lógica dos critérios das ciências para as quais, por exemplo, a produção científica, veiculada em periódicos, deveria ser a única a ser considerada. A produção bibliográfica na forma de livro só mais recentemente foi considerada.

Esta possibilidade é resultado de um debate amplo que permitiu a compreensão de que nem todas as áreas divulgam sua produção da mesma forma. Particularmente as ciências humanas têm uma grande divulgação por meio de livros. Resultou disto a possibilidade nesse último triênio da elaboração, em particular, pela área de ciências humanas, do Qualis Livros (Qualificação dos Livros), além da abertura para que as áreas que assim desejassem qualificassem artigos completos em anais de eventos.

Para algumas áreas, a apresentação de trabalho em eventos científicos é o veículo de maior importância. Além do Qualis livros, a outra inovação decorrente desse debate foi a construção nesse último triênio do Qualis de Produção Artística que, sem dúvida, deve ser diferenciado das ciências em geral.

A possibilidade de valoração de outros instrumentos, além de periódicos, é resultado de um lado da concorrência e do confronto entre áreas, e de outro, é também a demonstração de uma construção solidária entre as áreas de ciências humanas que reconheceram tratar-se essa de uma questão a ser abordada de forma coletiva.

É sabido que em termos de divulgação dos resultados de pesquisa há diferenças fundamentais entre as áreas. Nesse sentido, levando-se em conta que livros e capítulos de livros são veículos fundamentais da difusão nas ciências humanas, considerou-se relevante esse encaminhamento. Diante da necessidade de promover essa qualificação, impuseram-se alguns questionamentos.

A pergunta fundamental nesse processo é: Como classificar livros? E mais, como classificar um conjunto numeroso de livros? Embora essas sejam questões relevantes e limitadoras desse processo, a qualificação de livros foi uma prática que se iniciou ainda no triênio anterior (2001-2003).

Na fase atual deu-se a continuidade da discussão no âmbito da grande área das Ciências Humanas, uma discussão coletiva na qual revelaram-se situações semelhantes e/ou divergentes entre as áreas, seja na forma de encaminhar o processo, seja no desejo de realizá-lo. Este processo, entretanto, foi efetivamente construído para a totalidade das áreas que compõem as ciências humanas nessa última trienal.

De forma solidária, a grande área das Ciências Humanas acordou a avaliação da produção de seus livros, deixando a cargo de cada área o processo a ser adotado. Este trabalho resultou numa qualificação seguramente fundamental na medida em que favoreceu a qualificação da produção de forma mais abrangente.

Considera-se que a qualificação de livros foi um dos passos importantes na consolidação do processo de avaliação, entretanto cabe registrar alguns dos conflitos ou divergências no processo de qualificação da produção científica de maneira geral e, em particular, dos livros. Sobre isto trataremos mais adiante.

Em síntese, este texto enfatiza dois elementos constituintes desse processo avaliativo: o Qualis livros, tomando como exemplo a experiência da área de Geografia, e o quesito incorporado mais recentemente e denominado de inserção social. Os dois quesitos permitem refletir sobre a possibilidade de construção da solidariedade em espaço de concorrência.

O Qualis Livros-Geografia

Conforme pode ser lido do Documento de Área da Geografia (CAPES, 2008a), a área de Geografia construiu no triênio 2001-2003 sua primeira experiência de avaliação de livros. No triênio 2004-2006, esse processo foi aprimorado, buscando nessa ação aperfeiçoar o sistema anterior, introduzindo na avaliação a leitura de livros.

A proposta foi construída tomando por base os critérios adotados pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) para a escolha dos contemplados com o prêmio Jaboti, em suas diferentes modalidades.

Adotou-se dez (10) critérios extraídos daqueles que formam o prêmio Jaboti para Ciências Humanas e para Ciências Naturais nos últimos cinco anos. Este procedimento tinha como pressuposto, os dois maiores campos temáticos das pesquisas em Geografia, quais sejam, os estudos da sociedade e da natureza. Destes dois conjuntos, saíram os dez (10) critérios para buscar garantir um roteiro básico de avaliação que visava garantir um mínimo de procedimentos comuns na avaliação (CAPES, 2008a).

Os dez critérios adotados são:

- 1 – *relevância do tema*: contribuição para o desenvolvimento científico, socioeconômico e sustentável;
- 2 – *adequação metodológica* e dos instrumentos de pesquisa;
- 3 – *rigor científico*: coerência teórica da definição do tema, levantamento das hipóteses, argumentação e conclusão;
- 4 – *clareza e objetividade do conteúdo* no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados;
- 5 – *precisão dos conceitos, terminologia e informações*;
- 6 – *senso crítico* no que se refere ao exame do material estudado;
- 7 – *pesquisa original e diálogo com a teoria*;
- 8 – *cunho didático*: possibilitando a utilização em atividades de pesquisa e ensino de Graduação e Pós-Graduação;
- 9 – *bibliografia*: revisão bibliográfica ampla, contemplando obras e artigos clássicos e atuais sobre o tema;
- 10 – *apresentação*: qualidade da editoração e das ilustrações, correção, elegância e fluência de linguagem e de estilo.

Os procedimentos operacionais para a construção da avaliação de livros, tomando como base o exposto em CAPES (2008a), seguiram as seguintes etapas:

1. Levantamento dos livros citados na produção bibliográfica dos programas de Geografia nos anos de 2004 e 2005 e listagem de livros para os programas.

2. Listagem dos docentes dos programas pelas suas especialidades.
3. Construção um conjunto de princípios que nortearam a distribuição dos exemplares para avaliação, para procurar garantir, particularmente, sigilo e ética.
4. Encaminhamento dos livros. Cada programa deveria enviar três exemplares dos livros nos quais seus docentes e/ou discentes tinham publicação. Foi também, solicitado aos programas o levantamento dos livros que haviam sido indicados no Coleta² 2006, e seus envios para avaliação.
5. Distribuição. A comissão recebeu 442 livros, um total de 1.326 volumes para distribuição e avaliação. Chegou-se a esse número depois da separação daqueles livros indicados no Coleta Capes que não deveriam fazer parte da avaliação, como: indicações repetidas e/ou com duplas ou mais contagens, indicações de publicações de outros autores não indicados nos projetos de pesquisas dos programas, livros didáticos, livros de eventos de iniciação científica, Programa de Educação Tutorial (PET), ou mesmo aqueles que não derivavam da atuação dos docentes e discentes nas áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa que estruturam a Pós-Graduação nos diferentes programas. Os livros foram enviados em envelopes lacrados para distribuição entre os docentes pelas coordenações dos programas. A distribuição desses livros foi desigual, em função de múltiplos problemas vinculados às universidades e ou docentes. Uma das mais restritivas foi a dificuldade apresentada pelos coordenadores para obtenção e envio dos exemplares devido à falta de recurso financeiro para aquisição dos três exemplares, além do esgotamento das edições e a dificuldade na obtenção dos exemplares publicados no exterior (CAPES, 2008a).
6. Avaliação. Os livros indicados nos relatórios Coleta CAPES 2004, 2005 e 2006 pelos programas da área de Geografia e enviados à Comissão, foram avaliados qualitativamente por três intelectuais da área, docentes dos pro-

² Coleta é um aplicativo de dados CAPES informatizado desenvolvido com o objetivo de coletar informações dos cursos de Mestrado.

gramas de Pós-Graduação em Geografia. Esta etapa mobilizou 398 docentes (avaliadores), dos quais 294 (74%) responderam positivamente, encaminhando o resultado dos exemplares dos livros avaliados. Os demais 104 (26%) não fizeram a avaliação por diferentes motivos: discordância da avaliação, viagem ao exterior, doença, férias, etc. Os avaliadores fizeram também, no final da avaliação, a classificação do livro segundo as três categorias: internacional, nacional e local. E mencionaram até três critérios empregados para a classificação (CAPES, 2008a).

7. A pontuação. Os dez quesitos foram ponderados segundo a seguinte escala, e, posteriormente, somados e divididos por 10:

1 = 0,5; 2 = 0,5; 3 = 1; 4 = 0,5; 5 = 1; 6 = 2; 7 = 3; 8 = 0,5; 9 = 0,5; 10 = 0,5

Os livros, de acordo com as faixas de pontos totais obtidos, foram classificados em três subcategorias:

INTERNACIONAL	A	27 a 30
	B	24 a menos de 27
	C	21 a menos de 24
NACIONAL	A	27 a 30
	B	22,5 a menos de 27
	C	18 a menos de 22,5
LOCAL	A	27 a 30
	B	21 a menos de 27
	C	15 a menos de 21

Fonte: CAPES, 2008a.

As Divergências e as Concordâncias no Processo da Qualificação de Livros

Como em qualquer processo de avaliação, sua implantação e aceitação são conflituosas. É assim no âmbito da avaliação de cursos e foi também na avaliação dos livros. O pressuposto básico que encaminha uma avaliação é o estabelecimento de critérios. Estes são sempre questionáveis; por conseguinte devem ser acordados e experimentados. O Qualis livros construído pela área de Geografia acordou no contexto da comissão, em conjunto com a diretoria de avaliação da CAPES, a instituição de um sistema que privilegiasse a leitura dos livros pelos profissionais da área.

Esta experiência foi pensada como um projeto-piloto que, após sua aplicação, pudesse ser reavaliada nas suas possibilidades e limites. Seguramente foi trabalhosa, envolveu um número significativo de professores e teve algumas limitações.

As limitações registradas dizem respeito à disponibilidade de tempo dos professores leitores no período de avaliação, à aceitação para leitura e avaliação por parte dos indicados, ao questionamento sobre a validade de implantação de um processo de concorrência entre obras construídas por colegas de uma mesma área, à dificuldade financeira para envio e retorno dos livros e à discordância com os critérios sugeridos.

Independentemente dessas divergências e/ou dificuldades, a divulgação e construção do Qualis teve aspectos indicados como positivos. Entre eles cabe citar a abrangência dos critérios, o que facilitou a avaliação e o prazer, por parte de alguns professores, de terem recebido livros para avaliar e, com isso, contribuir com a avaliação de forma mais geral, além da ampliação do conhecimento sobre o próprio processo de avaliação de cursos pelos professores envolvidos nesta atividade.

No contexto diretivo e da comissão de avaliação da CAPES, o processo de avaliação dos livros foi uma experiência positiva. Ao analisar os resultados da avaliação trienal a partir da qualificação dos veículos de divulgação cien-

tífica na área de Geografia, foi possível observar, além da tendência de publicação na área, a importância da valoração dos livros na classificação geral dos programas.

Os gráficos (Figuras 1 e 2) indicam a distribuição em números absolutos e relativos dos livros qualificados em 2004, 2005 e 2006. Com base neles, pode-se verificar os veículos de maior divulgação da pesquisa geográfica e, certamente, orientar políticas de estímulo, considerando, inclusive, outros instrumentos de difusão do conhecimento.

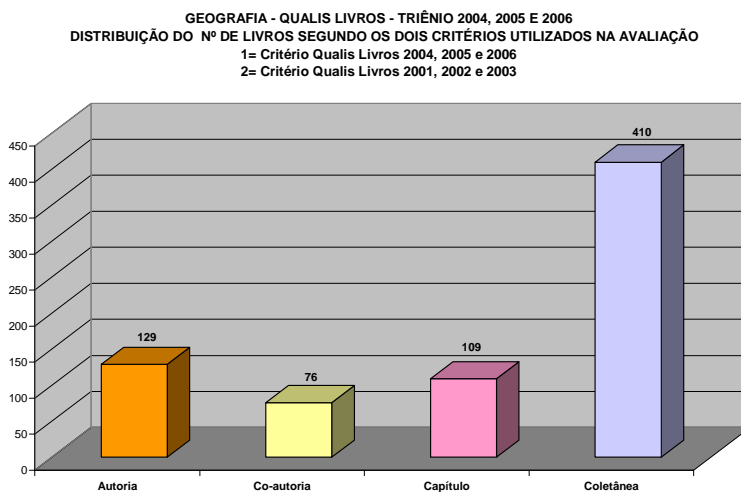


Figura 1: Classificação e distribuição em números absolutos dos livros da área de Geografia 2004-2006

Fonte: CAPES, 2008a.

GEOGRAFIA - QUALIS LIVROS - TRIÊNIO 2004, 2005 E 2006
 DISTRIBUIÇÃO DA % DO Nº DE LIVROS SEGUNDO OS DOIS CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO
 1= Critério Qualis Livros 2004, 2005 e 2006
 2= Critério Qualis Livros 2001, 2002 e 2003

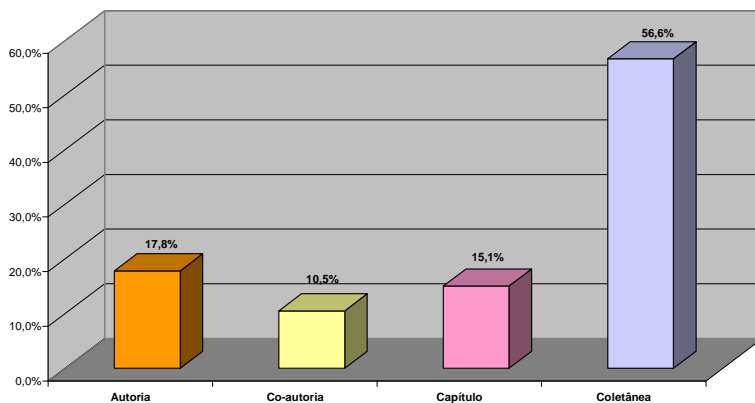


Figura 2: Classificação e distribuição em percentual dos livros da área de Geografia 2004-2006

Fonte: CAPES, 2008a.

Nesse sentido, cabe registrar que a área de Geografia apresentou nesse triênio uma produção significativa de coletâneas (418), o que correspondeu a 56,6% da produção. Em segundo lugar tem-se a produção individual, com um registro de 125 livros ou 17,8% do total. Segue a estas categorias a produção de capítulos de livros – 105 ou 15,1% do total dos livros – e a coautoria com um número um pouco mais reduzido, ou seja, 76 livros ou 10,5% do total.

Os gráficos (Figuras 3 e 4) expressam a distribuição dos livros com base no critério de difusão internacional e nacional. A Figura 3 apresenta, em números relativos, a produção da área centrada na produção nacional (47,8%). Observa-se como significativo o índice de publicações internacionais, 15,1%, ou seja, 109 livros em números absolutos.

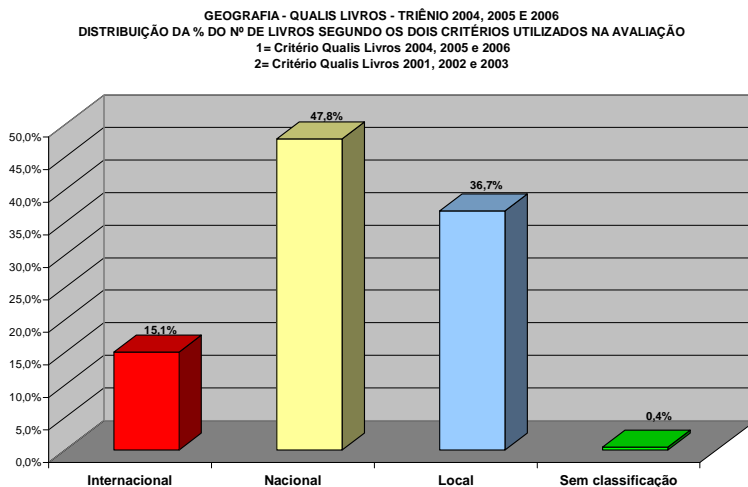


Figura 3: Distribuição e classificação em percentual, segundo a escala de abrangência, dos livros da área de Geografia

Fonte: CAPES, 2008a.

O gráfico expresso pela Figura 4 apresenta a distribuição considerando o conceito atribuído (A, B ou C). Neste é possível visualizar uma distribuição muito aproximada à curva normal, ainda que a tendência de concentração da produção seja mais expressiva no extremo direito do gráfico, representado pelas publicações locais.

GEOGRAFIA - QUALIS LIVROS - TRIÊNIO 2004, 2005 E 2006
DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE LIVROS SEGUNDO OS DOIS CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO
 1= Critério Qualis Livros 2004, 2005 e 2006
 2= Critério Qualis Livros 2001, 2002 e 2003

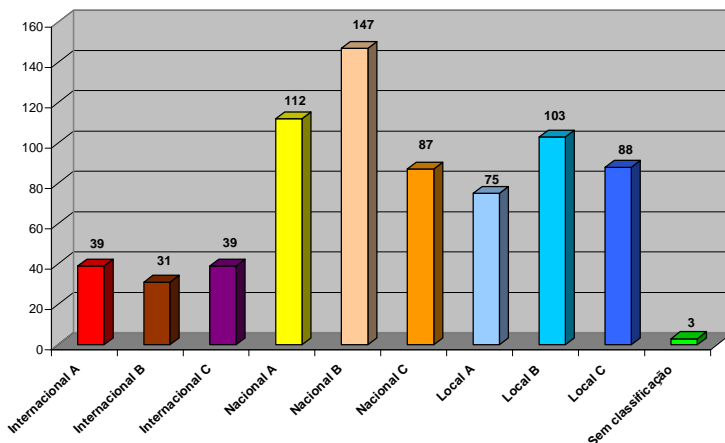


Figura 4: Classificação e distribuição, em números absolutos, dos livros segundo os critérios de avaliação da área de Geografia

Fonte: CAPES, 2008a.

Inserção Social

Este quesito foi introduzido na avaliação dos programas de Pós-Graduação quando da reformulação da ficha de avaliação durante o triênio 2004-2006. Trata-se de um quesito novo, que tem nesse triênio sua fase de implantação. A intenção é ampliar o processo de avaliação valorando outros elementos fundamentais da formação em nível de Mestrado e Doutorado. Da mesma forma, é objetivo deste quesito contribuir com a lógica da solidariedade entre os programas, na medida em que a inserção social é também avaliada pelas parcerias e atividades conjuntas entre programas.

É com base na introdução deste item na avaliação que se visualiza a possibilidade de maior cooperação entre os programas, em âmbito nacional.

Concebe-se como importante a inserção científica internacional. A expansão e a consolidação da Pós-Graduação em um país nas dimensões do Brasil, entretanto, ainda são necessárias. Nesse sentido, programas foram desenvolvidos para estimular a expansão da Pós-Graduação em regiões onde ainda há falta deste grau de ensino, notadamente a Região Norte. Esta estratégia de grande relevância iniciou no triênio que se encerrou (2004-2006) e, portanto, estando em seu início, merece estímulo à continuidade.

Em relação ao quesito 5 – inserção social – da nova ficha de avaliação, em particular no que se refere à cooperação/solidariedade, a Área de Geografia considerou fundamental que integração e cooperação com outros programas visando ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-Graduação do programa, devessem ser expressos pela:

- a) participação do programa em ações de cooperação e intercâmbio sistemáticos;
- b) participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da Pós-Graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas;
- c) presença e atuação em outros de/como professores visitantes;
- d) participação em programas tais como “Casadinho”, PQI, Dinter/Minter ou similares.

Estas ações dizem respeito a práticas já consolidadas em muitas áreas e/ou entre programas. Aqui cabe registrar a importância da cooperação e da solidariedade para promover a consolidação de áreas cuja expansão é mais recente. Em nosso entendimento, no caso da Geografia, cuja expansão é relativamente recente, ou seja, da década de 90 do século 20, essas iniciativas são relevantes.

Nesse sentido, objetivando a valoração de práticas solidárias, acredita-se que seja necessário estimular as parcerias, no que se refere à formação e à pesquisa, estimular os intercâmbios entre professores e alunos, criar os Pós-Doutorados em âmbito nacional e favorecer a construção de redes de pesquisa

e difusão dos resultados. Trata-se de realizar intercâmbios nacionais. A extensão territorial do Brasil, sua diversidade cultural e sua diferenciação econômica, permitem que, enquanto profissional da Geografia, pensemos na solidariedade como um caminho de apoio mútuo na consolidação do conhecimento geográfico em escala nacional.

Breves Considerações Finais

O processo de avaliação ora relatado constitui algo muito mais amplo e também complexo do que o expresso neste texto. Concorrência e solidariedade são elementos constituintes dessa construção. O conflito e o consenso respondem desde muito pelos alicerces da avaliação dos programas de Pós-Graduação no Brasil. Estes se manifestam como conflitos de poder, de regionalismos, de disputas por espaço político no âmbito da área ou mesmo da agência, disputas acadêmicas e/ou ideológicas.

A lógica mais geral que dá suporte ao processo de avaliação advém das políticas que privilegiam o mérito acadêmico e a concorrência a que estamos submetidos. Busca-se, nos interstícios deste processo, caminhos de maior cooperação e solidariedade. Nesse sentido, a construção do Qualis Livros Geografia foi um bom exemplo. Construiu-se no conflito, nas disputas e nas divergências expressas por alguns embates e se consolidou com a colaboração, cooperação e apoio expressos por meio de uma resposta positiva da maioria dos envolvidos.

Por outro lado, a inserção social representa o desejo de cooperação e solidariedade manifesta pelos envolvidos na avaliação em diferentes instâncias. As formas de cooperação podem, da mesma forma, gerar conflitos. O que se deseja é que este espaço possa subverter a força da concorrência.

Os limites para isso são, em parte, verificados na contradição expressa pelos agentes envolvidos nesse processo. Aqueles que são avaliados, em geral, têm sérias restrições à avaliação, sejam estas de ordem ideológica ou prática (preencher o Coleta CAPES, por exemplo). Ao finalizar o triênio, entre-

tanto, quando as notas são atribuídas, é possível observar, particularmente entre aqueles bem avaliados, um grau de satisfação pelo reconhecimento, considerando que esta nota é instrumento de divulgação do mérito do programa.

Assim se constrói esse processo, entre críticas e concordâncias, dependendo do contexto e do envolvimento.

Referências

CAPES. Avaliação trienal. CAPES 2004-2006. Súmula do regulamento. Ministério da Educação. Brasília, 2007.

CAPES. *Documento de área – Geografia*. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 10 e 11 fev. 2008a.

CAPES. *Avaliação da Pós-Graduação*. Disponível em: <www.capes.gov.br> Acesso em: 22 fev. 2008b.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2001.

SMITH, Neil. *Quem manda nesta fábrica de salsicha?* Publicado originalmente em *Antipode*, 23:3, 2000, p. 330-339. Traduzido por Mário L. Lahorgue. Divulgado via Internet em 2007.

Recebido em: 18/4/2008

Aceito em: 15/10/2008

